

“Acordo magnífico, mais vantajoso que o do México”, diz Cherkassky

por Luis Leonel
de São Paulo

Em princípio o acordo da dívida externa com os bancos credores privados, anunciado ontem pelo ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, foi considerado “magnífico” pelo presidente da Associação Nacional dos Produtores de Papel e Celulose (ANPPC), Horácio Cherkassky. Segundo ele, “as condições desse acordo são ótimas, conseguimos mais vantagens até do que o México”. Entre as vantagens estariam as taxas de juros mais baixas e os prazos de carência maiores.

O setor de papel e celulose é intensamente vinculado ao mercado internacional. No ano passado, para um faturamento da ordem de US\$ 4,6 bilhões, exportou US\$ 1,2 bilhão. Até o final desta década, o setor pretende registrar investimentos de US\$ 10 bilhões, sendo que a metade desse total já foi aplicada desde 1988. O restante, para ser consolidado, dependerá bastante de investimentos externos.

É o caso da Norcell, por exemplo, com investimento de mais de US\$ 1 bilhão para produzir celulose na Bahia. Os dois sócios da Norcell, a Riocel e a Copepe, estão procurando um sócio externo para comple-

tar o projeto no que se refere aos aportes. “Certamente, a normalização da situação do Brasil com os bancos credores privados ajudará esse projeto da Norcell e também outros que estão dependendo de recursos externos para se viabilizar”, afirmou Cherkassky.

O presidente da ANPPC acredita que a redução dos desembolsos de juros e a ampliação dos prazos de pagamento da dívida per-

mitirão uma sobra de recursos no País que deverão ser canalizados para o crescimento econômico. “Passada a tempestade política, os investimentos voltarão.

Já há algum tempo a Europa mostra interesse em investir no Brasil, porque o Leste europeu ainda carece de confiabilidade, a África tem muitos problemas políticos e a Ásia já está encaminhada. O Brasil é a grande atração para o ca-

pital multinacional”, explicou Cherkassky.

De acordo com ele, além do acerto com os bancos privados são fundamentais para a retomada dos investimentos três pontos: a) a reforma fiscal, diminuindo a sobrecarga de impostos sobre o setor industrial; b) a mudança na legislação dos portos, que está em andamento; c) a adoção de um código de propriedade industrial de acordo com as normas internacionais.